

CADERNOS

FINSOCIAL

3

Reforma Agrária: Uma Questão Econômica

Francisco Marcelo Rocha Ferreira

Subsídios à Implantação da Reforma Agrária

George Edward Kornis
Marcio Henrique Monteiro de Castro
Mário Monteiro Braz

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



BNDES
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

APRESENTAÇÃO

O caráter prioritário conferido pelo Governo à atuação na área social, bem como a experiência acumulada, ao longo dos últimos anos, nos estudos e projetos realizados pelo BNDES, através da Área de Projetos-IV, induziram a iniciativa de publicar os **Cadernos Finsocial** como forma de exprimir nossas reflexões para a discussão das questões sociais.

Os trabalhos são de autoria dos técnicos da Área e, portanto, os conceitos e opiniões neles emitidos não necessariamente refletem o ponto de vista da Instituição.

Certos de que o propósito de divulgar nossas reflexões compensa o risco de publicar trabalhos quase sempre polêmicos, submetemos à crítica nossas inquietações.

Carlos Lessa
Diretor AP-IV

A História Econômica nos ensina que a estruturação privada da propriedade da terra, a configuração do espaço fundiário, está na base do processo de acumulação capitalista.

No Brasil, a produção agrícola, instalada a partir da colonização, fez com que os capitais dos países centrais detivessem o controle das atividades bancárias, de transporte, portuárias etc., restando aos residentes de então a propriedade da terra e a administração dos aparelhos de Estado aqui instalados. A economia e a agricultura colonial são então comandados pelos senhores de escravos.

Com o advento da Independência e da República, a constituição da propriedade privada da terra torna seus proprietários os grandes beneficiários do processo, acabando por fazê-los assumir os controles do aparelho estatal, que imprime um vigoroso processo de sustentação do preço da terra. O sistema de crédito rural implantado retrata bem este quadro. Passamos, então, às mãos dos senhores de terras.

A produção de cana-de-açúcar, cacau, café e, modernamente, laranja e soja, entre outros, formou o eixo dos interesses do sistema agrário-exportador brasileiro. A produção de bens agrícolas para o mercado interno ocorre subsidiariamente. O aparelho de Estado está montado para o complexo agrário-exportador, que permite a sustentação de um mecanismo de valorização do preço da terra pelo processo de crescente expectativa de incorporação de terras novas ao complexo agrário-exportador. Toda a infra-estrutura é voltada para os fluxos de exportação primária.

A agricultura destinada ao mercado interno vive nas mãos da fração do capital mercantil que, aqui instalado, opera em regime de baixíssima produtividade, decorrente da baixa intensidade de capital (no sentido amplo do termo), função da inexistência de um sistema capitalista voltado para as inversões necessárias

ao desenvolvimento de suas atividades.

Os dados disponíveis mostram que há uma correlação entre área e tipo de bem agrícola produzido. Os bens exportados são produzidos em grandes áreas contínuas, quase sempre mecanizáveis, de maior intensidade de capital. E a parcela de sua produção que é financiada corresponde a cerca de 70% a 80%.

Os bens agrícolas voltados para o mercado interno são produzidos basicamente em pequenas e médias propriedades, e a percentagem financiada da produção global não ultrapassa 30 a 40%. Além disso, exceto o milho, a produtividade deste segmento agrícola é declinante (década de 70/80).

Para caracterizar o quadro brasileiro, poderíamos distinguir três estruturas fundiárias:

Em primeiro lugar uma estrutura arcaica, que corresponde grosso modo ao Nordeste, norte fluminense e de Minas Gerais. Nestas regiões a agricultura foi introduzida no período colonial, e as transformações econômicas ocorridas fizeram com que a produtividade tenha sido cadente; este quadro foi basicamente marcado pela vinculação da cana-de-açúcar ao mercado externo. São as regiões que apresentam os menores níveis em todos os indicadores sociais e recebem transferência líquida de recursos dos polos dinâmicos da economia. Entretanto, a estrutura social desta economia não é capaz de implantar investimentos produtivos. Para isto, basta observar o quadro a seguir de emprego e renda por setor para o Nordeste, onde se verifica a enorme concentração de renda no setor terciário "vis-à-vis" o setor primário, onde o nível de renda é baixíssimo. Isto significa que a renda transferida dos polos dinâmicos da economia fica basicamente concentrada no setor terciário. Ou seja, o capital transferido a título de investimento na agricultura nordestina vai mesmo é sustentar as rendas médias nas grandes cidades da região.

SETOR	EMPREGO	RENDA
Primário (agricultura)	47%	18%
Secundário (indústria)	18%	27%
Terciário (serviços)	35%	55%

Nesta região podemos distinguir três sistemas de exploração agrícola:

19) Litoral - "plantation", basicamente de cana-de-açúcar em grandes propriedades de terras, onde a produtividade maior está, hoje, nas áreas de tabuleiro, mecanizáveis.

29) Agreste - pecuária leiteira e de corte, sistema de vaquejamento.

39) Sertão - pecuária aliada à plantação de milho, algodão, feijão e mandioca, sistema de parceiros na exploração. Grandes áreas e manchas de propriedades médias e pequenas.

Uma segunda forma de estruturação fundiária caracteriza as áreas correspondentes ao capitalismo no campo: o Sudeste/Sul do País, parte de Goiás e Mato Grosso do Sul, onde a produção para exportação é desenvolvida em termos plenamente capitalistas.

As áreas de fronteira de ocupação agrícola constituem uma terceira estrutura fundiária, onde a ocupação econômica está ligada à implantação da infra-estrutura, no quadro de uma economia ainda muito marcada pelo extrativismo (parte do Centro-Oeste e Norte do País).

A nosso juízo, a Reforma Agrária tem que cumprir estratégias distintas em cada uma destas estruturas. No caso da economia agrícola arcaica, a Reforma Agrária implica uma transformação também no plano cultural. É um processo que concerne à mudança dos interesses pela riqueza enquanto medidos por terras acumuladas para os interesses ligados à rentabilidade do capital. E isto implica uma mudança no âmbito da cultura, além das demais implicações

políticas e econômicas inerentes.

No caso da estrutura capitalista, a Reforma Agrária recorta todos os aspectos de uma Política de Desenvolvimento da Agricultura: os investimentos públicos para formação de capital do setor terão que ser reorientados da órbita da sustentação do preço da terra para a da elevação da produção e produtividade do setor; a política tributária deverá ser correspondente a esta transformação; e o sistema de crédito terá que ser capaz de trabalhar nos extratos de produção para mercado interno a nível de investimento, hiato hoje existente. Além disso, é preciso que os aparelhos de Estado sejam capazes de permitir o desenvolvimento de projetos de assentamento em condições economicamente viáveis.

Quanto ao oligopólio-oligopsônio que opera no circuito mercantil entre a produção no campo e o consumo nas cidades, este requer reforma e modernização com vistas à redução do diferencial entre os preços pagos ao produtor e pagos pelo consumidor. E isto implica mudanças estruturais na administração dos transportes, armazenagem, das empresas públicas.

No caso das áreas de fronteira agrícola, a questão básica refere-se à alocação racional de recursos em investimento de infra-estrutura e ao ordenamento dos interesses concernentes a seus benefícios econômicos.

O importante é saber que tipo de reforma deverá ser feita. Discordamos aqui de alguns segmentos da sociedade que pretendem uma Reforma Agrária anticapitalista; é um absurdo. Pegar uma área contínua e dividi-la em pequenas propriedades em regime de exploração familiar individualizada é um contra-senso econômico. O rendimento obtido é menor, a produção e a renda são mais reduzidas. Temos que pensar que o Brasil no ano 2.000 terá 80% a 90% da população nas áreas urbanas e que 10% a 20%, cerca de 20 a 40 milhões de brasileiros, terão que produzir alimentos para 180 milhões que viverão nas cidades. Que padrão de eficiência esperamos desta Economia? Se a produtividade agrícola é determinante no nível de formação de preços da cesta de subsistência dos trabalhadores,

ela terá influência direta no nível de renda da população.

A estrutura agrária atual produz quase todos os bens básicos para o mercado interno em níveis de produtividade menores que os disponíveis no mercado internacional. E por quê? Porque essa produtividade é derivada da baixa intensidade de capital decorrente da inexistência de um sistema propriamente capitalista e desenvolvido, que banque suas atividades.

O aparelho estatal no Brasil não cumpre este papel, e sem a montagem deste instrumento não acreditamos em qualquer avanço efetivo do programa de Reforma Agrária.

Mais do que um Projeto de Reforma Agrária, trata-se de um projeto de Mudança da Estrutura da Agricultura. Concordamos plenamente com o professor Ignácio Rangel quando ele diz que este ciclo da economia implica a hegemonia de capital industrial no lugar do latifúndio. Os capitais vinculados à terra, desde 1930, pelo menos, foram os que tiveram seus interesses respeitados em última instância.

A decorrência deste fato político é que no plano econômico houve o desmantelamento dos níveis de produtividade e produção per capita dos produtos agrícolas voltados para o mercado interno (exceto milho) ao longo dos anos 70 e 80. Elevando-se os preços da cesta de alimentos dos trabalhadores reduz-se seu nível de renda real, implicando que a indústria tenha que suportar, por um lado, esta pressão de custos adicional e por outro, a redução de seu mercado interno face à pressão da redução do salário real.

As condições de barganha extremamente precárias em que a mão-de-obra rural se coloca no mercado de trabalho urbano (decorrente das condições da produtividade agrícola) já não são um fator impulsionador da acumulação industrial, visto que a estrutura industrial é basicamente oligopolizada e o custo do fator mão-de-obra na constelação do custo dos produtos industriais no oligopólio é menos relevante. Desta forma, parte do capital industrial brasileiro se interessa pela Reforma Agrária.

O Plano de Reforma Agrária do governo previa o assentamento de 150.000 famílias no primeiro ano. Por outro lado, são de sativadas no País dezenas de milhares de pequenas e médias propriedades. Entretanto, até o momento as discussões sobre a Reforma Agrária pouco abordaram a origem deste processo de expulsão e, sem a análise deste circuito, pouco poderão fazer o projeto da Reforma Agrária para o desenvolvimento econômico do País.

Concentrar e centralizar a produção e os meios de produção é um processo inexorável no capitalismo; entretanto, o desmantelamento dos níveis de produtividade da parte da produção agrícola voltada para o mercado interno não pode ser sua consequência direta. Neste sentido é que propugnamos a intervenção modernizada do Estado, para liberar os fluxos de acumulação de capital. Nas áreas de estrutura arcaica o capitalismo é um avanço. Nas áreas já capitalistas a questão é como daremos melhores condições de barganha aos bóias-frias, aos que estão chegando ao mercado de trabalho, como serventes, domésticas etc.

Neste sentido, a Reforma Agrária não é, senão como consequência, objeto de uma justiça social dada; é, outrossim, uma questão econômica.

Há que se reconhecer que a Reforma Agrária é um instrumento no mecanismo de transferência patrimonial e de rendas entre grupos e que ela deve ser feita em benefício de maior produtividade de possível, notadamente nos bens alimentares básicos; ou seja, a parcela dinâmica da economia brasileira que paga impostos efetivamente já não tem condições de manter a improdutividade agrícola de parte do solo brasileiro, mantido, assim, por interesse direto do movimento de valorização patrimonial das terras. A impossibilidade de manter-se esta contradição explicita-se na chamada questão agrária.

O mercado de trabalho no plano capitalista tem como referência para formação de seu piso as condições de renda geradas pelos sistemas de produção da agricultura baseados na unidade familiar. São estas condições aí geradas que dão o nível de renda

com que o trabalhador expulso pela agricultura familiar entra no mercado de trabalho. Desta forma esta produtividade vai determinar dois fatores: a base do piso salarial e a escala de distribuição de renda, não só pela formação do piso salarial como também pelo custo da cesta básica de alimentos. Na formação do custo desta há que se distinguir as relações entre a agricultura e a intermediação mercantil. Uma determinará o nível de produtividade e a outra, o nível de preços pagos ao produtor e pagos pelo consumidor.

Neste sentido, elevar a produtividade da agricultura voltada para o mercado interno é permitir uma elevação do piso salarial do mercado de trabalho e, efetivamente, melhorar pela base a distribuição de renda.

Em termos econômicos poderíamos distinguir em três níveis a população do País:

- cerca de 1/3 correspondente à miséria absoluta (com rendimento inferior a 1/2 salário-mínimo);

- cerca de 1/3 referente à pobreza absoluta (de 1/2 a 2 salários-mínimos); e

- cerca de 1/3 representando o mercado capitalista.

Mesmo neste segmento apenas 1/3, o que representa 10% do total da população brasileira, não se encontra na faixa de pobreza relativa (2 a 6 salários-mínimos).

A esterelização de capitais produtivos no circuito de valorização patrimonial torna-se cada vez mais cara do ponto de vista social e político, enquanto que o diferencial de produtividade agrícola entre os bens voltados para o mercado interno em relação ao restante da economia torna-se tão elevado que a estrutura tende a romper-se, quer pela invasão de terras, quer pelo afluxo ou circularidade do processo migratório, ou ainda pelo decrêscimo da disponibilidade de alimentos.

Neste sentido, as diretrizes gerais de um Programa de Reforma Agrária necessariamente são as de um Programa de Desenvolvimento Agrário, onde a posse da terra é um instrumento na cadeia de ações.

A convicção básica de um programa desta natureza passa pelo reconhecimento de que:

19) o processo capitalista de acumulação e produção tende a centralização e a concentração da propriedade;

29) o Estado deve fazer investimentos de caráter compensatório, porém não contra-restantes ao movimento de acumulação de capital, dado o desequilíbrio hoje existente na produção agrícola brasileira;

39) há que se ter estratégias distintas para as diferentes estruturas fundiária existentes no campo brasileiro;

49) a reestruturação fundiária voltada para elevação da produção e da produtividade dos bens alimentares é um objetivo não conflitante com a expansão da produção de bens homogêneos exportáveis, e a pequena e média propriedade podem conviver com a grande estrutura produtiva, desde que a sociedade não tenha que arcar com os ganhos de valorização patrimonial dos proprietários de terras não-produtivas;

59) é necessário elevar o nível de emprego da população economicamente ativa, concomitantemente à elevação do piso da base da escala de salários, premissa básica para uma melhor distribuição de renda;

69) viabilidade econômica é o único instrumento capaz de garantir uma determinada estrutura produtiva, inclusive a nível fundiário; e

79) um programa de desenvolvimento agrário abrange todos os instrumentos de Governo, não se constituindo num problema

agrário isolado.

Desde o ano de 1986 a Reforma Agrária começou a deixar o espaço exclusivo dos discursos para situar-se no terreno mais concreto das intenções quantificáveis. Um orçamento preliminar começou a circular no Governo e algumas considerações já podem ser extraídas.

Primeiro, a transferência de recursos líquidos em espécie a título de pagamento de benfeitorias aos proprietários de terra é uma decorrência da Constituição brasileira. Do ponto de vista econômico é um absurdo, pois sabemos que isto gerará liquidez adicional e irá realimentar os preços nos mercados de terras. Além disso, o preço das benfeitorias não é neutro em relação às oscilações do preço da terra.

Segundo, a consecução de obras de infra-estrutura pode tornar-se um elemento adicional de valorização patrimonial, dependendo da forma como forem definidos os projetos de assentamento. A título de exemplo, tomemos uma área de 10.000 ha a ser desapropriada dentro de uma propriedade de 15.000 ha. Dependendo do projeto de assentamento e da localização dos 5.000 ha restantes, a consecução das obras de construção de estradas, energia, captação de água etc. poderá beneficiar bem mais o proprietário desapropriado que os colonos assentados. Caso o projeto de assentamento não conte com o apoio necessário, ou não seja elaborado de modo a ter viabilidade, em algum tempo a área tenderá ao esquecimento, e a Reforma Agrária terá financiado a valorização das terras e não a elevação da produção, da produtividade e do nível de renda dos trabalhadores rurais.

Terceiro, do ponto de vista técnico os projetos de assentamento existentes no País são quase generalizadamente um fracasso. Anos depois de implantados continuam totalmente dependentes do Governo. Os erros apontáveis são inúmeros, porém o mais evidente refere-se à ocupação de terras de baixa fertilidade através da implantação de pequenas unidades de produção individualizadas. Este caminho certamente acaba redundando em baixíssimos

níveis de produtividade e, em consequência, em baixíssimos níveis de renda destas populações.

Situamos aí a gênese do processo que forma o mecanismo de expulsão desta população do campo. E como este sistema não foi redesenhado — ao nível do pequeno produtor sequer foi desenhado —, a Reforma Agrária começa a caminhar sobre pernas trôpegas, pois o processo que a expulsou das terras anteriormente ocupadas poderá se repetir em pouco tempo.

E por isso que propugnamos pela intervenção modernizada do Estado na montagem de um aparelho de Governo capaz de desenvolver este segmento da atividade agrícola, voltada para o mercado interno, em termos plenamente capitalistas, isto é, em níveis de produtividade compatíveis com a obtida na agricultura de exportação, na indústria e nos serviços.

A redução deste diferencial de produtividade entre os vários segmentos da produção nacional é que poderã efetivamente permitir melhor distribuição da renda.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- MELO, Fernando Homem de. A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. Revista de Economia Política, São Paulo, 5 (1) : 86-111, jan./mar. 1985.
- ARIDA, Pêrsio & RESENDE, André Lara. Preço da terra, taxa de juros e acumulação financeira no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, 5 (1) : 112-135, jan./mar. 1985.
- MULLER, Geraldo. Esta, estrutura agrária e população; ensaio sobre estagnação e incorporação regional (Cadernos CEBRAP 32). Pe trópolis, CEBRAP, 1980.
- CASTRO, Paulo Rebello de. Barões e bôias-frias: repensando a questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, APEC; São Paulo, Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, 1982. 190p.
- PAIVA, Ruy Miller, colab. NICHOLLS, William H. Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira, 1963/73: noventa e nove fazendas revisitadas. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. 2 v. (Brasil, IPEA, INPES, Relatório de pesquisa, 45).
- RANGEL, Ignácio. A questão Agrária. Recife, Comissão de desenvolvimento econômico de Pernambuco, 1962, 108 p.
- _____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1957. 109 p.
- MELO, Fernando Homem de. A necessidade de uma política alimentar diferenciada. Análise Conjuntural, Curitiba, 6 (12) : 2-7, dez. 1984.
- JAGUARIBE, Hêlio & Outros, Brasil 2000 - para um novo pacto social. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 196 p. (Estudos Brasileiros, v. 95)

SUBSÍDIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

**George Edward Machado Kornis
Marcio Henrique Monteiro de Castro
Mário Monteiro Braz**

1. Apresentação

O presente artigo deriva de um trabalho de investigação, em curso no âmbito da ASCOR/AP-IV/BNDES, referente à elaboração de metodologia de avaliação de projetos de assentamento rural no Brasil (1).

O objetivo deste projeto de pesquisa é identificar a situação sócio-econômica dos beneficiários dos projetos de reforma agrária, bem como estudar os principais fatores determinantes do desempenho econômico.

A metodologia elaborada buscou captar os aspectos econômicos que envolvem o problema agrário, posto que estes são elementos necessários, embora não suficientes, ao êxito do programa de reforma agrária. A opção de privilegiá-los não exclui o reconhecimento da existência de fatores (funditários, políticos, éticos, etc) cuja relevância é considerável no estudo da questão agrária.

Para o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação destes projetos, foram realizados trabalhos de pesquisa nos projetos de São José da Boa Morte (RJ) e Abapan (PR). Os dados recolhidos, após tratamento e análise, forneceram suporte à elaboração de dois relatórios preliminares de circulação interna do

(1) No momento da publicação deste trabalho, estamos processando informações de 26 projetos de Reforma Agrária, distribuídos por todas as regiões do País com o fim de aprofundar nossas avaliações e, provavelmente, aumentar o grau de generalização de nossos resultados.

BNUES. As discussões que se sucederam à apresentação desses relatórios nos incentivaram a divulgar mais amplamente estes resultados preliminares. Esta é a razão de ser do presente artigo.

Iniciamos por uma discussão geral da questão agrária no Brasil. A explicitação de nossa visão se faz necessária na medida em que facilitarã, de alguma forma, o entendimento da lô-gica interna da metodologia desenvolvida e de seus objetivos. O próprio julgamento dos casos estudados foi, logicamente, condicionado por esta visão.

Em seguida, em forma de sintéticas notas, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na realização das avaliações dos projetos de Abapan e São José da Boa Mor-te.

Em outra seção, para cada projeto diretamente pesquisa-do, apresentamos, além de uma resumida visão geral, os princi-pais resultados das avaliações sobre o comportamento das variã-veis técnico-econômicas, por nós consideradas estratêgicas no processo de transformação de pequenos produtores rurais em orga-nizadores de uma dinâmica unidade produtora.

O presente artigo termina por apresentar sintêticas conclusões a propósito dos problemas que envolvem o processo de transformação de pequenos produtores rurais em elementos integra-dos em uma moderna estrutura capitalista no campo brasileiro e, também, por insinuar algumas recomendações relativas à condução do processo de reforma agrária, para que este efetivamente logre superar a crise agrária brasileira.

Não poderíamos finalizar esta apresentação sem mencionar que a filiação teórica deste trabalho remete-se à vertente inaugurada por trabalhos desenvolvidos por Ignácio Rangel nos anos 50/60 e, densamente revisitada por trabalhos desen-volvidos, a partir da segunda metade dos anos 70, por J.F. Graziano

da Silva e um conjunto de pesquisadores a ele associados (2). Evidentemente falar da filiação teórica de um trabalho é simplesmente reconhecer a qualidade e importância destes trabalhos seminais e não um artifício, grosseiro e pretensioso, de qualificação prévia de nosso trabalho.

Resta ainda expressar nossos agradecimentos a Carlos Lessa, que nos estimulou à realização deste trabalho a Jane, Cristina, Dimar, Fátima, Graça e Álvaro, que transformaram manuscritos em legíveis textos datilografados, e a todos aqueles que através de apoio nos cálculos e do apoio construtivo à revisão dos pontos de maior fragilidade tornaram possível este trabalho.

Um agradecimento especial, entretanto, deve ser feito a Sonia Rodrigues, que, participando nas fases iniciais do projeto de pesquisa, contribuiu fundamentalmente para viabilizá-lo.

-
- (2) Na obra de Rangel, além do trabalho específico "A questão agrária brasileira" (1960), referem-se ao tema da questão agrária (entre outros) os seguintes trabalhos principais: "Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro (1957); "Questão agrária e agricultura" (1978); "Revisitando a questão nacional" (1980). Quanto aos trabalhos desenvolvidos por J. F. Graziano e equipe, cabe mencionar "Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira" (Hucitec, SP, 1978); "Evolução recente das culturas de arroz e feijão no Brasil" (Binagri, BSB, 1979); "O que é questão agrária" (Brasiliense, SP, 1986).

2. Uma aproximação ao Estudo da Questão Agrária Brasileira.

A estrutura agrária brasileira, que condiciona a forma e a essência da questão agrária brasileira, tem sua explicação histórica na ocupação fundiária realizada pela economia colonial.

A colonização portuguesa, diante de uma ilimitada disponibilidade de terras e da inexistência de mão-de-obra, estruturou, sob a égide do capital mercantil, a grande fazenda monocultora-escravista como forma básica de organização da produção. A doação em regime de sesmarias regulou, juridicamente, a formação destes latifúndios escravistas e exportadores.

De maneira esquemática, podemos dizer que a Economia Colonial é composta por dois setores: exportador e interno. Ao setor interno, entretanto, corresponderá uma distinção entre atividades de mercado e de subsistência. Esta distinção é mais analítica do que real. Em alguns momentos o setor exportador poderá demandar mais ou menos produtos do setor interno. Diante disto, o segmento de mercado crescerá ou decrescerá relativamente às atividades de subsistência.

A estruturação apresentada acima, além de ajudar na compreensão da dinâmica do complexo colonial, é especialmente importante para entendermos a reprodução e transformação da estrutura agrária brasileira em seus aspectos fundiários e produtivos.

Do ponto de vista fundiário, nestes setores predominava a grande fazenda concedida em regime de sesmarias. Entretanto, a estruturação produtiva se diferenciava, pois a grande fazenda exportadora organizava sua produção na forma de uma grande exploração: reunia os meios de produção em um conjunto de atividades relacionadas através de uma marcada divisão interna de trabalho. O setor interno, apesar de estruturado em grandes propriedades,

organizava sua produção através de pequenas explorações (3).

Também no que se refere à relação básica de produção, existia uma diferenciação entre os dois setores. É inequívoco que no setor exportador predominava a escravidão, reinventada pelo capital mercantil. O espaço para o "Homem Livre" estava circunscrito à Casa Grande. No setor interno encontramos, ao lado do trabalho escravo, "Homens Livres" como organizadores e produtores diretos da pequena produção.

Em resumo, podemos afirmar que, embora a estrutura fundiária brasileira seja, desde sua origem, baseada em grandes propriedades, a estrutura produtiva se apresenta com duas formas bãsicas de organizar a produção no que se refere à concentração dos meios de produção, à divisão social do trabalho e às relações bãsicas de produção: a grande exploração voltada para a produção de artigos de exportação, onde predomina a relação de produção escravista, e a pequena exploração — onde encontramos, além do trabalho escravo, o "Homem Livre" na condição de produtor direto — voltada para a agricultura de subsistência ou para a produção mercantil, quando a economia colonial abre espaço para sua ocorrência (4).

-
- (3) Trata-se, evidentemente, de um esquema ultra-simplificado. Sabemos que o setor exportador diante de uma estagnação do mercadado externo tendia a ampliar as atividades de subsistência, diminuindo, conseqüentemente, o grau de especialização de suas atividades.
- (4) Eventualmente este setor também podia produzir para o mercado externo, como no caso do fumo e da cana-de-açúcar. Entretanto, o que lhe é característico é a estruturação de um complexo rural (compreendendo atividades agrícolas e atividades domésticas de transformação) com um grau de mercantilização menor que o do setor exportador.

Toda esta estrutura se moveu durante três séculos sob o regime de concessão de sesmarias, reproduzindo a concentração fundiária e as estruturas de exploração mencionadas.

A mudança de regime jurídico da propriedade da terra (5) não afetou seu monopólio por parte dos grandes fazendeiros. Entretanto a criação da lei de terras ocorre num contexto de profundas transformações na economia brasileira (6).

O setor exportador, que até então baseava-se no trabalho escravo, era impelido a adotar novas relações de produção e novas fontes de mão-de-obra. A solução encontrada é de conhecimento geral: combinação de trabalho livre com imigração, dado que os "Homens Livres" existentes no setor interno da economia colonial não se adaptaram ao regime de produção das grandes fazendas (7).

O que deve ser assinalado, e toca de perto os objetivos deste trabalho, é que a passagem ao trabalho livre na grande lavoura exportadora e ao novo instituto jurídico regulador da propriedade fundiária não alterou a distribuição da propriedade e pouco alterou as formas de exploração da terra.

Não cabe discutir com profundidade todos os movimentos da passagem ao trabalho livre. Cabe frisar, entretanto, que, se

(5) O fim do regime de sesmarias ocorre em 1820. A lei da terra brasileira foi criada em 1850.

(6) É importante notar que o esgotamento do trabalho escravo impunha uma nova lei para garantir o monopólio da terra como forma de controlar o processo de produção.

(7) O fato de ser concentrada a propriedade da terra não implica que de maneira imediata o "Homem Livre" não tivesse acesso à terra. Este era viabilizado através de inúmeras formas de relações sociais: parceria, agregação etc.

bem que ao nível das forças produtivas haja um evidente progresso (principalmente nos setores de transporte e beneficiamento), neste momento, o capitalismo se desenvolve transformando basicamente as relações de produção (8).

Vamos encontrar, portanto, dentro da agricultura brasileira uma estrutura agrária na qual, do ponto de vista fundiário, ainda predominam as grandes propriedades. Com relação às formas de exploração da terra, encontramos a grande exploração voltada, especialmente, para a produção de artigos exportáveis e a pequena exploração, que pode ou não estar combinada (até mesmo dentro de uma mesma propriedade) com a grande exploração exportadora.

Perpassando estas formas de organizar a produção encontraremos atividades não especificamente agrícolas, mas essenciais à reprodução da agricultura, estruturadas no que chamamos de complexo rural (9). A importância destas atividades, entretanto, estará inversamente relacionada com o grau de inserção na divisão social do trabalho através do mercado.

A partir desta matriz o processo de expansão capitalista no campo (nos primeiros momentos em padrão de acumulação mercantil primário-exportador e, mais tarde, em capitalista industrial) pode ser pensado analiticamente em três movimentos:

-
- (8) Não é por outra razão que a criação do proletariado rural é problemática em sua conceituação. Pois o capitalismo subordina o trabalho direto na agricultura utilizando elementos mercantis e, quanto muito, estabelece uma relação de produção onde fica caracterizada alguma forma de subordinação formal.
- (9) Uma apresentação sistemática deste conceito se encontra na "Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro" de Ignácio Rangel. (Publicações da Universidade da Bahia; 1957).

- 19) através da subordinação mercantil dos produtores independentes;
- 29) através da extensão das relações de produção capitalistas com a subordinação formal do trabalhador direto (englobando aqui relações de produção que não assumem a forma específica de assalariamento). Esta forma ocorre, basicamente, através da incorporação de mão-de-obra ou de terras, vinculadas à produção independente, a está associada ao aumento da concentração fundiária, bem como ao deslocamento espacial da produção independente, através da ampliação da fronteira agrícola. Vale referir que cabe neste movimento a rearticulação, no interior do latifúndio, da grande e pequena exploração;
- 39) através da modificação da forma de exploração agrícola, com a substituição da pequena exploração pela grande exploração, utilizando mão-de-obra assalariada (mesmo que temporária e mesclada com outras relações de produção), modificando a técnica e alterando a produtividade de trabalho.

É óbvio que os movimentos acima são abstrações analíticas que historicamente se combinam em diferentes proporções dependendo do lugar e variando segundo a época estudada.

A intensificação do processo de penetração do capitalismo no campo, além de generalizar o processo de assalariamento (transformando as relações de produção existentes), promoverá de forma assincrônica e espacialmente desigual um processo de reordenação das forças produtivas, que é a própria essência da questão agrária com que nos defrontamos.

Por trazer em seu bojo uma tendência à concentração da propriedade fundiária e também da concentração da produção — que acentua a separação dos trabalhos rurais brasileiros de seu meio de produção fundamental — tal reordenação conduz à ruptura do equilíbrio existente entre a grande propriedade e a pequena exploração, no quadro do complexo rural estruturado após a crise do latifúndio-escravista.

Nesta perspectiva, a questão agrária — que já apontara Rangel, deve ser distinguida da questão agrícola — refere-se ao modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo brasileiro. O desenvolvimento destas — intensificado a partir de meados da década de 60 — processou-se com potenciados efeitos negativos sobre a renda e o emprego da população rural, acentuando o quadro de pauperismo que marca este segmento da população nacional.

O agravamento da questão agrária no Brasil — que desemboca numa crise agrária frente à qual a reforma agrária se impõe enquanto necessidade — refere-se tanto à contração da fronteira agrícola quanto ao processo intenso e parcial de modernização agrícola e, ainda, a uma crescente presença direta e indireta do grande capital mercantil no campo.

A contração ou "fechamento" da fronteira agrícola não significa a inexistência de terras a serem incorporadas ao processo de produção, mas, sim, a inexistência de espaços a serem ocupados pela pequena produção de subsistência em função da utilização da terra como "reserva de valor" e não como meio de produção⁽¹⁰⁾.

(10) A utilização da terra enquanto "reserva de valor" gera uma demanda capitalista por este bem que é superior à demanda por terra com fins produtivos. Este fato aliado a uma ação do Estado pela via creditícia - através de crédito rural favorecido - e/ou pela via tributária - através de incentivos fiscais - contribuiu decisivamente para um processo de supervalorização do imóvel rural brasileiro. Este processo de supervalorização da terra favorece a ação da grande empresa agropecuária no deslocamento da pequena produção agrícola. A própria natureza da produção de subsistência faz com que "se feche" a fronteira. Seu caráter predatório implica, ao longo do tempo, uma demanda de terras relativamente maior por unidade familiar. Em pesquisa recente na Região Norte detectamos que as famílias exploram um lote cerca de 4 anos; depois passam para outro lote. O antigo passa a integrar a agricultura capitalista em fazendas de gado, café e cacau.

A intensificação do processo de modernização agrícola no Brasil revelou-se parcial por estar restrito não só a algumas culturas (as chamadas "culturas de rico" como por exemplo a soja, a cana-de-açúcar) ou a uma região (a região Centro-Sul do país), mas também a algumas fases do ciclo produtivo, como evidencia a colheita não mecanizada da cana-de-açúcar, do café etc. A modernização parcial da agricultura brasileira contribuiu decisivamente para o incremento da sazonalidade do trabalho agrícola e para uma tendência à unificação do mercado de mão-de-obra não qualificada nas regiões de agricultura mais desenvolvida (11). Por fim, o processo de modernização agrícola do Centro-Sul do país, ao basear-se na grande exploração, resultou na expropriação de um enorme contingente de pequenos produtores, em particular daqueles cuja vinculação à terra se dava sob formas precárias, tais como os posseiros, parceiros e pequenos arrendatários.

A questão agrária refere-se ainda à crescente presença direta e indireta do grande capital no campo brasileiro. Por um lado, esta presença como vendedor de insumos — o que não exclui a sua participação direta na produção agrícola — gera um pequeno produtor agrícola que, embora possa até se tornar tecnificado, tem sua capitalização determinada, em última instância, por este elemento. Por outro lado, a presença do grande capital, como oligopsonio mercantil, ata o pequeno produtor agrícola a sistemas de comercialização que, embora criados para favorecê-lo — como por exemplo as CEASA's e as cooperativas —, se converteram em forma adicional de sua espoliação. Assim, o pequeno produtor tem sua renda comprimida duplamente pelo grande capital: na compra de insumos pela ação dos oligopólios industriais e na venda de mercadorias pela ação dos oligopsonios mercantis.

(11) Essa tendência pode ser traduzida no fato de os salários rurais passarem a acompanhar as variações dos salários urbanos, especialmente da mão-de-obra empregada na construção civil e nas demais atividades urbanas que exigem pouca qualificação.

Em função desta compressão da renda, o pequeno produtor agrícola no Brasil recorre, mais ou menos sistematicamente, ao assalariamento temporário. Nesse quadro, é natural que ele deixe de ser um produtor de subsistência (com a quebra do complexo rural) e passe a produzir fundamentalmente para o mercado, submetendo-se, assim, a um extenso e intenso processo de extração de excedente.

Em resumo, podemos pensar que a modernização do campo brasileiro, processo assincrônico e assimétrico, dá origem a uma estrutura agrária heterogênea. Nela coexistem o latifúndio arcaico — caracterizado por sua extensa e primitiva organização da produção —, as pequenas unidades de produção mercantil — baseadas na força de trabalho do núcleo familiar e voltadas para a produção de mercado — e as unidades de produção especificamente capitalistas. Nesta perspectiva, o processo de modernização implica um processo de desagregação da estrutura agrária tradicional configurando a atual crise agrária brasileira, que, por sua vez, impõe a reforma agrária como complemento e ajuste deste processo de modernização, visando transformar unidades agrícolas — grandes ou pequenas — arcaicas e não integradas plenamente à dinamica da acumulação capitalista em unidades de produção agrícola estruturadas em padrões capitalistas avançados e, portanto, plenamente integrados na economia de mercado.

O agravamento da questão agrária, como já dito, impõe a reforma agrária enquanto complemento e ajuste do avanço do capitalismo no campo brasileiro. Como complemento, posto que a ação do Estado na condução do processo de avanço do capitalismo no campo deverá configurar-se, tal como no processo de industrialização do Brasil, num requisito do desenvolvimento das relações de produção capitalista globais. Como ajuste, posto que a ação do Estado deverá orientar-se para maximizar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo brasileiro, substituindo a desagregação da estrutura agrária anterior por uma nova estrutura agrária organizada e integrada em termos de maximização da acumulação de capital.

O debate contemporâneo sobre reforma agrária surge como um questionamento da forma assumida pelo desenvolvimento capitalista no Brasil (12) e, em particular no campo, deslocando-se o eixo da discussão no âmbito dos requisitos a este desenvolvimento capitalista para o âmbito da forma a ser assumida pela ação do Estado, no sentido de apoiar e ajustar o avanço do capitalismo no campo.

Neste quadro, a ação do Estado, segundo a orientação do I PNRA (Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária) — que, aliás, é plenamente compatível com o Estatuto da Terra — para promover, via ocupação de terras devolutas e desapropriações de imóveis rurais, a implantação maciça de assentamentos de pequenos produtores rurais, deve ser objeto de discussão mais consistente do que a possibilidade por arroubos retóricos.

Esta é a perspectiva que nos move neste trabalho, que

(12) O debate sobre reforma agrária, no Brasil, surge nos anos 30, subordinado à questão dos termos da industrialização brasileira, pois o problema agrário remete-se à discussão de o campo constituir-se ou não em um entrave a este processo de industrialização. A reforma agrária então objetivava mudar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil para acelerar a penetração das relações capitalistas de produção na agricultura nacional. Constituiu-se num instrumento para eliminar as denominadas "sobrevivências semi-feudais" e para promover, através do aumento de produção, a transformação do latifúndio ocioso em unidades de cultivo sistemático. Entretanto, a penetração do capitalismo no campo brasileiro ocorreu sem qualquer processo de reforma agrária — assim como o campo jamais se constituiu em entrave à industrialização do país; mas, se obteve relativo êxito na superação da questão agrícola, não logrou escapar de um agravamento da questão agrária.

busca examinar detidamente as condições necessárias à viabilização da implantação exitosa de pequenos produtores rurais em projetos de assentamento rural, que são o núcleo do projeto de reforma agrária do Governo, tal como exposto no I PNRA da Nova República.

Consideramos que o acesso à terra é condição necessária, mas não suficiente, ao processo de transformação de unidades agrícolas — grandes ou pequenas — estruturadas de forma pré-capitalistas em unidades produtivas plenamente estruturadas em termos capitalistas e, portanto, integradas numa economia capitalista dinâmica.

Assim, voltamo-nos para estudar as questões relativas à possibilidade de transformar pequenos produtores, cuja tradicional forma de organização agrícola no Brasil — a "agricultura caipira" — não se identifica com aquela forma de organização agrícola que gerou nos EUA do séc. XIX o "farmer", em algo mais do que um contingente de espoliados, até mesmo em sua mobilidade espacial (13).

Nesta perspectiva, buscar avaliar experiências recentes de assentamento rural no Brasil é, fundamentalmente, analisar as condições de geração social de pequenos produtores rurais com capacidade de organização frente à produção e, portanto, atuantes numa economia capitalista complexa.

Noutros termos, é buscar estudar condições de exequibilidade para a reforma agrária enquanto instrumento de superação da atual crise agrária no país.

(13) A "agricultura caipira", que seria um caso extremo de organização não-capitalista da produção agrícola do campo brasileiro, está de alguma forma relacionada com as relações de propriedade no campo. A itinerância e o uso predatório da terra não são função, apenas, do baixo nível técnico e cultural. O caráter sempre provisório do acesso à terra condiciona sua forma de ocupação e exploração.

3. Breve Advertência Metodológica

Quando estudamos um projeto de assentamento rural, frequentemente somos obrigados a superar a falta de informações que permitam sua avaliação. Mesmo disponíveis, estas se apresentam qualitativa e quantitativamente insuficientes e geralmente desatualizadas.

O presente estudo confirma o acima mencionado: após um levantamento dos trabalhos realizados sobre o assentamento de São José da Boa Morte (14) e Abapan, verificamos ser necessário realizar uma coleta de informações referentes ao projeto.

No caso de São José da Boa Morte, o primeiro passo foi estabelecer contactos com o INCRA-RJ para colher impressões sobre o projeto pelo qual é responsável e informações sobre a população assentada. Nesta fase, através de levantamento das fichas individuais dos parceiros, conseguimos dados preliminares, embora defasados (referentes a 1981), sobre 169 parceiros. Com estas informações foi possível definir uma amostra de 38 elementos

-
- (14) i) MUSUMECI, Leonarda - mineo - 1985.
ii) GONÇALVES BASTOS, Eliane C. D. - A luta pela desapropriação das terras de São José da Boa Morte - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu - 1980.
iii) Documentos do INCRA-RJ
a) Estudo preliminar - 1980.
b) Relatório de Vistoria - 1980.
c) Proposta de Aproveitamento - 1980.
d) Relatório de Implantação - 1984.
e) Relação dos Projetos de Assentamento do DR(07) do INCRA-RJ-1986.

estratificados, segundo a força de trabalho potencial e tempo de assentamento (15).

Uma vez selecionada a amostra, contactou-se a população do projeto, comunicando-lhe que alguns parceleiros seriam selecionados, através de sorteio, para responderem a um questionário. Na semana seguinte iniciou-se o trabalho de campo, utilizando-se 7 pesquisadores e dois carros.

No caso de Abapan, enviamos um técnico ao IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) para levantar informações detalhadas sobre a população do projeto e estudar as condições de realização do trabalho de campo. Não existia qualquer trabalho sobre o mesmo para consulta. A referida instituição manifestou interesse em participar da avaliação do projeto, no Paranã, bem como absorver a metodologia do trabalho para estender a pesquisa aos demais projetos do Estado.

Deste contato resultou um acervo de informações que possibilitou a definição da amostra de parceleiros à qual seria aplicado o questionário. A mesma consistiu em 35 elementos estratificados segundo a força de trabalho e a origem. Justifica-se o abandono do critério de tempo de assentamento em virtude de terem todos ingressado praticamente no mesmo período na área do projeto em tela, bem como a relevância da composição por origem da população assentada em dois grupos distintos: o do Movimento dos Sem Terra Oeste do Paranã (MASTRO) e Ilhêus (famílias que ficaram desabrigadas pelas enchentes nas ilhas do Rio Paranã).

(15) Criaram-se três categorias de famílias segundo a força de trabalho potencial: pequena (até 2 pessoas na produção), média (de 3 a 5 pessoas, inclusive) e grande (mais de 6 pessoas, inclusive). Com relação ao prazo de assentamento, criaram-se 4 categorias, segundo a data de chegada: até nov/82, até jul/83, até jul/84, até jul/85.

A aplicação de um questionário tal como o utilizado nos casos anteriormente mencionados, evidentemente, não é uma tarefa trivial. Exige por parte do entrevistador grande atenção e persistência, de forma a "extrair", sem condicionar, as informações desejadas. Os maiores problemas se referem à parte econômica onde os valores são, em sua maioria, históricos e necessitam, portanto, de uma referência temporal. Os dados de produção física também apresentam problemas, pois são aproximados e podem trazer distorções. Os valores da produção apresentam ainda um grau de dificuldade maior pois, dadas as variações de preços, somos obrigados a elaborar um preço médio.

Com relação aos ativos, por exemplo, tivemos que utilizar dois procedimentos para atribuir valores. No primeiro, chegamos ao valor através da atualização dos valores históricos corrigidos pela variação do valor ORTN. No segundo, o valor é resultado de uma imputação referida aos preços de mercado. Se a intenção é conseguir informações quantitativas, que balizam a aplicação de recursos, a imputação é o melhor caminho, pois é mais rápida (a constituição de valores históricos e sua posterior atualização é quase sempre uma tarefa demorada), e ainda apresenta a vantagem do valor encontrado ser referido ao presente valor de mercado. Entretanto, a reconstituição da dinâmica dos parcelheiros pode ser melhor apreendida pelo primeiro procedimento. Teoricamente a diferença entre as duas vias reside na modificação dos preços relativos, que em prazos pequenos pode ser desconsiderada.

A despeito de todas as dificuldades acima referidas, consideramos extremamente válido este instrumento de pesquisa. A ida a campo com um questionário ajusta e torna homogêneas as diferentes entrevistas individuais. Por outro lado, ao contrário do que o senso comum poderia indicar, é notável a memória (e os registros em documentos) da população camponesa. Talvez pelo fato de o número de transações monetárias ser relativamente pequeno, o conhecimento de valores e datas é surpreendente e não deve ser abandonado como objeto de pesquisa.

O questionário aplicado se concentrou no levantamento de dados referentes a produção, renda, investimento, acumulação de capital, estrutura técnica de produção, assistência técnica, crédito e padrão de comercialização.

Uma vez aplicados os questionários, é necessária a correção e a compatibilização dos dados, o que implica um volumoso e intenso "trabalho de gabinete". A fase seguinte é caracterizada pela tabulação e análise dos dados coletados.

A pesquisa de campo em São José da Boa Morte e Abapan foi realizada, respectivamente, em fevereiro e março de 1986.

Os dados de produção e renda se referem a 1985. Os ativos foram captados, observando-se as seguintes referências temporárias: com relação ao inventário — fim do primeiro ano de chegada e a data de 31.12.85; com relação ao investimento — 1985. As demais variáveis como produção, renda, estrutura técnica da produção, assistência técnica, crédito e padrão de comercialização foram tomadas com referência a 1985.

4. Projetos Pesquisados

4.1. São José da Boa Morte

Quem sai do Rio de Janeiro em direção a Nova Friburgo pela estrada RJ-122 encontra a aproximadamente 90 km o projeto São José da Boa Morte.

Ocupando uma área de 3.900 ha, situada entre os rios Guapi-açu e Macacu, o Projeto contém, em iguais proporções, várzeas de grande fertilidade, com solos aluviões e orgânicos, ainda que inundáveis no verão, e colinas cobertas pela mata atlântica, onde encontramos o latosolo amarelo. O clima, úmido e mesotérmico, com balanço hídrico positivo, permitiria a agricultura ao longo do ano, não fossem as inundações mencionadas ainda não controladas por nenhum projeto de drenagem.

No início da década de 60, com a ocorrência de conflitos sociais, esta área foi desapropriada para fins de Reforma Agrária. Contudo, nesta ocasião não foi realizado nenhum projeto de assentamento e a partir de 1967 a área desapropriada passou a ser devolvida àqueles que judicialmente se apresentaram como proprietários.

A irrupção de novos conflitos sociais e o não aproveitamento econômico da área justificaram uma nova desapropriação em 1981.

Foi elaborado, então, um projeto técnico de assentamento que previa, através de um convênio INCRA/RJ e Ministério da Agricultura/Pró-Várzeas, a realização de drenagem, irrigação e sistematização dos solos, resultando no aproveitamento integral das várzeas.

O INCRA, então, dividiu a área em 410 lotes e estruturou

um plano de produção que incentivava a olericultura nas várzeas e a fruticultura, avicultura e suinocultura nas parcelas localizadas nas terras altas.

Foram realizadas obras de infra-estrutura física, administrativa e social, dotando o projeto de escolas, posto médico, estradas, açudes etc.

Entretanto a principal obra de infra-estrutura — a drenagem — não foi corretamente realizada. Restaram desta iniciativa alguns quilômetros de diques e estradas, que não resolveram o problema das inundações, e a inutilização de cerca de 200 ha de terras férteis. Em decorrência desta falha, apenas 50% do número de famílias previstas estão hoje efetivamente assentadas e, mesmo assim, as parcelas de planície que estão ocupadas só podem ser exploradas durante uma parte do ano.

Apesar de em sua quase totalidade a população assentada em S.J.B.M. ter origens nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Magé e Itaboraí, a ocupação econômica da área apresenta uma visível heterogeneidade. Combina unidades produtivas organizadas segundo um padrão de eficiência técnica que possibilita um razoável nível de renda e investimento e uma expressiva presença de unidades com uma produção agrícola organizada na forma de "agricultura caipira". Para estas o extrativismo (lenha) e o trabalho assalariado são elementos essenciais em sua estratégia de sobrevivência.

Como resultado desta ocupação física e econômica, encontramos um evidente subaproveitamento da área e uma população que, embora contendo grande heterogeneidade e diferenciação, apresenta como regra geral um baixo padrão de vida.

Talvez esta diferenciação interna da população assentada tenha sido o mais expressivo fato constatado por nossa avaliação. Todos os aspectos estudados irão refletir, de alguma forma, dois "padrões" de agricultura, um próximo do que estamos chamando de "agricultura caipira" e outro apresentando fortes indícios de modernidade.

Assim, quando pesquisamos o nível e a estrutura da renda desta população, nos defrontamos, por um lado, com um elevado grau de concentração de renda, por outro, identificamos diferentes estruturas de renda que refletem, inequivocamente, os "padrões" mencionados.

Se em termos médios a renda encontrada pode ser considerada satisfatória (equivalendo a 3 salários-mínimos) também registramos que 1/3 da amostra se situava numa faixa inferior a 1 salário-mínimo. A distribuição da renda agrícola, que é a principal componente da renda total, assinala esta desigualdade: aos 20% mais pobres correspondem 1,4% da renda agrícola total, enquanto aos 20% mais ricos cabem 61%.

Do ponto de vista da estrutura da renda a diferenciação não é menor. Enquanto analisamos os resultados em termos médios encontramos uma situação que deve ser considerada satisfatória. Os rendimentos oriundos das atividades agrícolas no lote se situam em 78% enquanto as atividades extrativas (venda de lenha) e os rendimentos oriundos de trabalho assalariado se situam, respectivamente, em 11% e 6%.

No entanto, quanto refazemos a análise estratificando a população pela renda, nos defrontamos com duas situações totalmente distintas, como podem ser observadas no quadro abaixo.

Quadro I - Estruturas da Renda por classe de renda

	inferior a 2 salários	superior a 2 salários
Nº pessoas	19	19
% amostra	50%	50%
	<u>ORTN</u>	<u>ORTN</u>
Renda total	1.512,31 (100)	7.712,68 (100)
Renda lenha	312,52 (21,3)	702,65 (9,1)
Renda salário	327,36 (24,6)	199,80 (2,6)
Renda Agrícola	654,58 (43,3)	6.408,65 (83,1)
Outras	163,85 (10,8)	401,58 (5,2)

Fica evidente, pelos resultados acima, que nos defrontamos com dois grupos distintos: um onde a atividade agrícola está estruturada e é a principal responsável por um nível de renda 5 vezes maior do que o obtido pelo outro grupo, que tem no extrativismo e no trabalho assalariado componentes essenciais de sua renda.

A pesquisa das variáveis determinantes do nível de renda também nos indica que apenas o "segmento moderno" da popula-ção assentada tende a ter uma favorável perspectiva de renda, que é dada, obviamente, pela renda agrícola.

Fizemos um conjunto de exercícios pesquisando a influ-ência sobre a renda do tempo de assentamento, da força de traba-lho e do capital produtivo atual. Destes apenas o último elemen-to mostrou ter alguma importância em termos estatísticos. Isto é coerente com uma realidade econômica que se caracteriza por ex-pressiva subcapitalização.

Com relação ao crédito, é fácil constatar que o siste-ma vigente à época da pesquisa não era adequado a este tipo de população. Nem os elementos de seu "segmento moderno", que, em outros anos, foram beneficiados por estes recursos, demonstraram interesse em tomar empréstimos nas condições então vigentes.

A análise da estrutura técnica de produção e da eficácia da assistência técnica também nos indicará problemas relacio-nados à transformação modernizadora da população assentada em São José da Boa Morte.

As informações apresentadas nos quadros a seguir indi-cam o quanto é reduzida a presença de elementos técnico-produti-vos modernos e o baixo nível técnico da agricultura praticada.

Quadro II - Utilização de Diferentes Elementos Técnicos

ITENS	Nº DE PARCELEIROS
Tratores	14
Adubos	22
Defensivos	19

Quadro III - Distribuição dos Parceleiros por Nº de Elementos Técnicos Utilizados

Nº ELEMENTOS	Nº DE PARCELEIROS
0	10
1	9
2	11
3	8

Analisando superficialmente a utilização de máquinas e insumos "vis à vis" o recebimento de assistência técnica, não encontramos qualquer indicador de que a última condicione a ocorrência dos primeiros. Apenas 13 parceleiros receberam assistência técnica, enquanto 28 utilizaram pelo menos um dos elementos técnico-produtivos modernos.

O quadro IV, comparando os dois decis iniciais com os dois últimos, indica, como é previsto, a existência de relação positiva entre a renda agrícola e a utilização de modernos meios de produção. Este quadro também reforça a conclusão de que não existe, em São José da Boa Morte, relação significativa entre a assistência técnica e a utilização de elementos modernizantes.

Quadro IV - Utilização de Elementos Técnicos Modernos e Assistência Técnica Segundo Decis de Renda Bruta Agrícola.

Parceleiros (Identificação Numérica)	Y Bruta Agrícola	Assistência Técnica	Nº Elemento Utilização	Nº média p/ Decil
18	3,4	S	1	1,25
14	8,03	S	2	
20	11,00	N	2	
3	11,15	N	-	
34	14,28	S	2	1,25
24	15,85	N	1	
7	23,42	N	1	
27	31,01	S	1	
2	312,34	N	1	2
28	323,29	S	3	
21	338,65	N	2	
4	460,56	N	2	
36	527,78	S	3	2,75
11	591,93	N	2	
6	664,39	S	3	
17	1.124,40	N	3	

O processo de acumulação, que foi estudado a partir dos inventários de bens e do investimento realizado em 1985, irá refletir os limites e ambigüidades do processo de transformação estudado.

Apesar de existir um tímido processo de capitalização, a estrutura do ativo se altera no sentido de aumentar significativamente a participação dos ativos diretamente ligados à produção, conforme indica o quadro a seguir.

Quadro V - Variação da Estrutura do Ativo Total em ORTN

	Capital Inicial	%	Capital Atual	%	%
Total	13.910,04	100	14.447,65	100	3,86
Constr. Civil	4.316,25	31	4.914,37	34	13,86
Matas	7.538,70	54	4.403,75	30	(41,58)
Ativos Prod.	1.640,79	12	4.726,14	33	188,0
Outros	414,30	3	403,39	3	(2,6)

Esta tendência positiva, por um lado, é reforçada com o passar do tempo, na medida em que nos anos iniciais os investimentos em construção civil — fundamentalmente a construção da residência — tendem a absorver os recursos para o investimento, por outro, é contrabalançada por uma tendência, não muito definida, que registramos, de que o investimento médio total tende a cair com o tempo.

Esta segunda tendência talvez indique que os investimentos iniciais sejam realizados em detrimento do consumo (algo como uma autopoupança forçada) e, uma vez que os investimentos "críticos" tenham sido realizados, a acumulação de capital cede espaço ao consumo. De qualquer modo esta informação deve refletir o fato de que o esforço do investimento é mais acentuado nas fases iniciais de assentamento.

Como nas outras variáveis estudadas, quando analisamos a variação da estrutura do ativo total por classe de renda, percebemos um comportamento diferenciado, onde as classes de maior renda — as mais afastadas do "padrão caipira" — tendem a concentrar mais seus investimento em ativos produtivos.

Um último aspecto a ser mencionando é o padrão de comercialização existente na região do projeto. É um de seus aspectos críticos e atinge indistintamente todos os segmentos da população assentada.

A produção de São José voltada ao mercado é basicamente formada de olerícolas (feijão-mauã, maxixe, jilô, quiabo etc) e se destina basicamente à CEASA-RJ. Entretanto, poucos são os parceiros capazes de vender diretamente neste lugar. Mesmo quando têm a licença para comercializar seus produtos no CEASA, o pequeno volume de produção, a interrupção dos trabalhos agrícolas e os custos de transporte tornam pouco racional esta opção de comercialização. Na ausência de sistema de comercialização coletiva, a saída encontrada é a de vender para um dos inúmeros pequenos empresários que compram a produção agrícola no cinturão verde do Rio de Janeiro.

Entretanto, a formação de preço para o produtor agrícola, imposta por este capital mercantil, se caracteriza por ser extremamente perversa e trazer embutido um poderoso instrumento de transferência de renda, concentrando o excedente na esfera da circulação.

Este mecanismo pode ser descrito esquematicamente da seguinte forma:

- O produtor coloca o seu produto no mercado (CEASA-RJ) através de um intermediário, sem saber o preço pelo qual será remunerado. O intermediário-caminhoneiro transporta o mesmo até a CEASA, onde é vendido (sempre) pelo (menor) preço do dia.

- O produtor, a partir do preço de venda na CEASA, sofre os seguintes descontos:

- a) comissão de 17% paga ao comerciante do Mercado (barraqueiro);
- b) frete pago ao intermediário-caminhoneiro;
- c) custos de embalagem (caixa de madeira, ripas e pregos). Esta é usada apenas uma vez, seguindo com o produto. A cada nova venda o produtor é obrigado a comprar do fornecedor (o próprio intermediário-caminhoneiro) novas caixas;
- d) despesas de carga/descarga por caixa efetuada na CEASA;
- e) por fim, o produtor recebe o pagamento entre 30-35 dias após a entrega do produto, sem nenhuma remuneração por esta

"aplicação financeira".

Não é de surpreender que, em determinados momentos, quando o preço do produto está muito baixo na CEASA, o produtor agrícola obtenha saldos negativos em suas transações. Em momentos melhores a margem de comercialização poderá variar de 70% a 20%, dependendo do produto comercializado.

Para ilustrar, tomemos como exemplo a comercialização de uma caixa de mandioca em fevereiro de 1986:

	Cr\$
Preço	15.000
Comissão de venda	(2.550)
Embalagem	(5.000)
Frete	(2.300)
Carga/descarga-CEASA	(120)
	5.030
Imposto inflacionário(16)	503
	4.527

Neste caso a margem de comercialização situou-se em 70%.

(16) Apenas para completar o exercício vamos estimar em 10% o imposto inflacionário.

4.2. Abapan

O projeto Abapan, situado no município de Castro-PR, ocupa uma área descontínua de 1450 ha distribuída em 3 glebas. Estando suas terras numa altitude de aproximadamente 1000 metros, predomina um clima subtropical úmido, mesotérmico, com verões fracos e geadas severas, além de uma estação seca. O relevo ondulado, contendo poucas várzeas, apresenta algumas áreas de difícil mecanizaçãq. Com solos pouco profundos de textura argilosa e areno-argilosa, a prática da agricultura requer constantes correções de solos e utilização de adubos.

Abapan, distrito de Castro, onde se localiza o Projeto, embora bem servido de transporte e comunicações, apresenta carências nos serviços de saúde e educação. Foram criadas, na implantação do Projeto, duas escolas rurais. A situação dos serviços de saúde é mais problemática, pois, além de inexistir qualquer unidade de atendimento no projeto, o posto existente na sede do Distrito estava desativado na ocasião da realização de nossa pesquisa de campo.

A área do Projeto Abapan pertencia à Banestado Reflorescimento S/A — empresa do conglomerado Banco do Estado do Paraná S/A — e foi adquirida pelo Instituto de Terras do Paraná (ITC/PR) com o fim específico de assentar 86 famílias selecionadas entre algumas das 1170 famílias de Ilhéus desabrigadas pelas cheias do Rio Paraná, em out/nov de 1982, e das 40.000 famílias de agricultores sem terras vinculadas ao Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste do Paraná (MASTRO).

Foi elaborado, então, pela ACARPA um plano de produção que combinava lavoura temporária (arroz, milho feijão) e pecuária leiteira, suinocultura, avicultura e apicultura desde que integrada à silvicultura (lenha).

Uma vez realizada a seleção dos parceleiros, sob critérios fixados pela comunidade, e sua transferência para área do Projeto, iniciou-se o assentamento com a construção das casas em mutirão. O material de construção, nesta ocasião, foi financiado pela COHAPAR — Cooperativa Habitacional do Paraná. Ainda neste primeiro ano, os parceleiros receberam recursos do FINSOCIAL em forma de crédito de custeio e investimento.

Apesar do apoio inicial à população assentada e do trabalho permanente e abnegado do administrador do Projeto, bem como de seus auxiliares, não são dos melhores os resultados observados no Projeto Abapan.

Após dois anos de existência, o assentamento apresenta alguns aspectos negativos, entre os quais podemos citar como os mais graves o nível extremamente baixo de renda e a inadaptação de grande parte dos parceleiros à região.

Através de contatos e entrevistas com os assentados, notamos a insatisfação e o desânimo, refletindo-se em palavras de decepção, culminando até com o desejo de abandonar o projeto, em virtude deste não representar o sonho que buscavam: possuir uma terra, na qual, através de seu trabalho, pudessem sustentar suas famílias. Somente a presença constante da Defesa Civil na assistência aos assentados, fornecendo alimentos periodicamente, tem contribuído para minorar o quadro de miserabilidade social apresentado. Não fosse esse apoio permanente, por certo teríamos uma situação de gravidade bem mais acentuada.

Inicialmente, acreditamos que faltou um pouco de sensibilidade no ato de deslocar populações que viviam em climas e condições geográficas bem diferentes, como foi o caso das 65 famílias de Ilhéus, para uma área cujo rigor do frio contrastava inteiramente com seu antigo habitat, sem contar a privação da atividade da pesca, que exerciam freqüentemente como suplementação da atividade agrícola exercida em terras de boa fertilidade.

Essa inadequação poderia até ser compensada se fosse

satisfatória a fertilidade apresentada pelo solo das glebas de Conceição, Lageado e Morros, para um bom desempenho da atividade agrícola, fato que não acontece. Apesar do uso freqüente de calcário e adubos, o solo não tem respondido suficientemente, demonstrando, em alguns lugares, como em Morros, uma extrema pobreza.

Algumas observações alicerçadas por depoimento de natureza técnica do administrador do projeto nos levam a considerar que a média de 7,5 ha por família assentada (17) é inviável para que se alcance o objetivo de obter níveis satisfatórios de renda. As estimativas em termos de área se situam na faixa de 15 ha, ou seja, o dobro do realmente existente. Isto importaria no assentamento de 40 a 45 famílias, ao invés das 86 existentes.

Por fim, vale registrar que o problema geral de transformação de "agricultores caipiras", que praticam uma agricultura com baixo nível técnico, em agricultores modernos, com práticas intensivas de exploração, perpassa toda a dinâmica deste assentamento.

Apesar da estrutura da renda média total registrar participação significativa das atividades agrícolas, conforme se observa no quadro VI, a renda média da população pesquisada irá, de alguma forma, registrar os problemas mencionados. Além de seu nível ser consideravelmente baixo — cerca de 1 salário mínimo — sua distribuição é bastante desigual: os 20% mais pobres detêm 1,26% da renda agrícola e os 20% mais ricos se apropriam de 53,4.

Quadro VI - Média da Renda Total Bruta* anual

	ORTN	%
Renda Total	90,52	100
Renda Lenha	0,89	1
Renda Trabalho	6,88	8
Renda Agrícola	82,75	91

(17) Esta é a área de fato disponível para ser explorada por cada família.

A força de trabalho e o capital produtivo atual não de-
monstraram ter influência significativa para explicar a disper-
são da renda. Uma agricultura em fase de estruturação (18), por-
tanto insipiente e com características de subsistência, a prátí-
ca de mutirões e a inexistência de um mercado de trabalho anulam
a influencia do primeiro fator. Com relação ao capital, existe uma
relativa homogeneidade no que se refere à sua dotação por parte
da população pesquisada.

Por outro lado, entre as glebas que compõe o projeto,
haverá uma dispersão significativa dos níveis médios da renda
(19), embora no interior de cada uma delas isto também ocorra.

Isto nos faz pensar que estamos diante de um quadro de
insucesso onde as diferenças de renda, se bem que significativas
em termos relativos, perdem-sentido diante dos números absolutos.
Em outras palavras, a relativa homogeneidade da população em ter-
mos absolutos torna extemporâneas as tentativas de explicação de
sua diferenciação relativa. Cerca de 2/3 da população pesquisada
possuem renda inferior a um salário mínimo e apenas 10% desta po-
pulação ultrapassem dois salários.

Convém ponderar ainda que este quadro se torna mais crí-
tico quando consideramos o fato de que a população assentada foi
objetivo de duas operações de crédito de custeio e de investimen-
to feitas com recursos do FINSOCIAL, que visivelmente ainda não
conseguiram criar uma situação de desenvolvimento nesta comunida-
de.

(18) A força de trabalho é aplicada em atividades de estrutura-
ção do lote, que a curto prazo não deve afetar a renda. É
uma formação de capital não perfeitamente captável por nos-
sa pesquisa.

(19) As rendas médias das glebas Conceição, Lageado e Morros são,
respectivamente 118, 67 e 58 ORNT's.

É evidente que sempre encontraremos explicações tópicas (secas, pragas, baixa fertilidade do solo etc) para o relativo fracasso, mas também é evidente que este insucesso assinala a existência de obstáculos à constituição de modernas unidades de produção familiares.

A análise das demais variáveis irã, de alguma forma, re colocar esta problemática. O sistema crédito/assistência técnica/ elementos produtivos modernos embora presente, não foi suficiente para produzir os resultados esperados. O processo de adaptação destas populações a uma diferente realidade física e econômica requer transformações (ao nível técnico, comportamental etc) que esbar ram, no curto prazo, com uma rigidez dada pela cultura "caipira". São com o contínuo apoio dos elementos deste sistema, principalmente com a intensificação da assistência técnica, considerada deficiente pelos próprios agentes locais da ACARPA, e com a solução dos problemas básicos de formulação do projeto — área disponível por família— poderemos esperar, em prazo mais longo, resultados exitosos.

A evolução dos ativos, tendo em vista a inexistência de diferenciações significativas por tempo e por renda (90% da população pesquisada têm renda menor do que dois salários) além de já mencionada relativa homogeneidade com relação às dotações iniciais de capital, bem como pelo fato de que as principais, senão únicas, fontes de recursos para a cumulação são os financiamentos com recursos do FINSOCIAL e da COHAPAR, irã refletir, em última instância, a execução dos planos de assentamento e produção. Assim, encontraremos num primeiro momento a preponderância da construção civil e, depois, o crescimento dos ativos produtivos, especialmente animais.

A análise da produção e do padrão de comercialização dos principais produtos do projeto indicarã, por um lado, a importância do autoconsumo no destino da produção (26%), o que reflete de alguma forma o baixo nível da produção e a presença de culturas ainda voltadas para a subsistência; por outro, referente ao principal produto comercializável (milho), a presença de

uma elevada margem de descontos na comercialização (40%).